



Roseane Maria de Amorim, Estefânia de Araújo Policarpo e Fernanda Lisboa Farias
Universidade Federal de Alagoas

A MÚSICA NO DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS ESCOLARES NO ENSINO DE PRIMEIRAS LETRAS NO INÍCIO DA REPÚBLICA EM ALAGOAS (1889-1945)

LA MÚSICA EN EL DESARROLLO DE LAS PRACTICAS ESCOLARES EN LA ENSEÑANZA DE LAS PRIMERAS LETRAS EN EL INICIO DE LA REPUBLICA EN ALAGOAS (1889 - 1945)

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo apresentar uma investigação sobre a participação da música no processo do Ensino de Primeiras Letras no Início da República em Alagoas (1889-1945). Tem como base os documentos oriundos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, onde buscamos os vestígios do ensino de música no contexto educacional no Estado, qual foi o sentido da música no desenvolvimento das práticas educativas. Nessa perspectiva, observamos a prática musical como grande aliada do processo educativo, encontrando vestígios da utilização da música na escola primária como uma disciplina complexa, abrangendo teoria e prática, desenvolvendo aspectos cognitivos musicais, disciplinadores e pátrios. Utilizamos como metodologia uma abordagem qualitativa e bibliográfica, alinhada à história cultural. Na conclusão, salientamos a importância da música para a sociedade, principalmente no contexto educativo formal, considerando que a música exerceu um papel importante ao ter sua presença marcada na educação republicana, não só por seus objetivos, mas pela valorização de seus elementos e de sua forte marca na sociedade, reconhecendo sua influência como grande aliada para o processo educativo atual.

Palavras-chave: Ensino de Primeiras Letras. Música. Práticas educativas.

RESUMEN: Este trabajo objetiva presentar una investigación sobre la participación de la música en el proceso de la Enseñanza de las Primeras Letras en el inicio da Republica de Alagoas (1889 - 1945). Tiene como base documentos procedentes del Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, donde buscamos los vestigios de la enseñanza de la música en el contexto educacional del Estado, cuál fue el sentido de la música en el desarrollo de las prácticas educativas. En este sentido, observamos la práctica musical como gran aliada del proceso educativo, encontrando vestigios de la utilización de la música en la escuela primaria como una disciplina compleja, abarcando teoría e práctica, desarrollando aspectos cognitivos musicales, disciplinarios y patrios. Utilizamos como metodología un abordaje cualitativo y bibliográfico, alineada a la historia cultural. Concluyendo, destacamos la importancia de la música para la sociedad, principalmente en el contexto educativo formal, teniendo en cuenta que la música desempeñó un importante papel al tener su presencia marcada en la educación republicana, no solo por sus objetivos, sino por la valoración de sus elementos y su fuerte marca en la sociedad, reconociendo su influencia como gran aliada para el proceso educativo actual.

Palabras clave: Enseñanza de Primeras Letras. Música. Práticas educativas.



Roseane Maria de Amorim, Estefânia de Araújo Policarpo e Fernanda Lisboa Farias
Universidade Federal de Alagoas

Introdução

A sociedade brasileira tem uma ligação muito forte com a música. Temos diversidade de músicas produzidas, tocadas e ouvidas em cada parte do país. Desse modo, quando se chegou a anunciar a música como conteúdo obrigatório do currículo escolar, por intermédio da Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008, geraram-se boas expectativas em relação a essa questão (BRASIL, 2008). Pesquisas mostram que a maioria da população brasileira aprova a lei que torna obrigatório o ensino de música na escola. Apesar disso, essa questão se apresenta ainda muito limitada, pois muitas instituições de educação, principalmente as de caráter público, não estão cumprindo essa lei por falta de estrutura, materiais e principalmente de profissionais capacitados para atuarem nessa área.

É cientificamente comprovado que a música faz o cérebro liberar formas superiores de raciocínio, possibilita maior desenvolvimento do indivíduo em sua totalidade. Aliando-se a isso, as próximas gerações poderão promover uma sociedade mais criativa com equilíbrio, alegria e cultura. Segundo João Craveiro Costa (2011, p. 97):

A criança tem a necessidade de cantar, como de comer e brincar. Mas como cantar não é gritar. Como geralmente se cantam nas escolas, sem método e sem utilidade, os hinos patrióticos e as canções infantis, esgoelando-se a meninada num berreiro de ensurdecer.

Para entendermos melhor essa análise, portanto, promoveremos uma busca no contexto histórico relacionado com a educação brasileira, avaliando os vestígios da utilização da música nas práticas educativas. Mediante o exposto, nossa pesquisa tenta responder à seguinte questão: de que forma a música contribuiu para as práticas escolares nas turmas de primeiras letras no início da República em Alagoas? Essa questão central de pesquisa desdobra-se em outros questionamentos, a saber: Como se estabelece o ensino de música nas escolas de primeiras letras no Brasil? Quais as



Roseane Maria de Amorim, Estefânia de Araújo Policarpo e Fernanda Lisboa Farias
Universidade Federal de Alagoas

mudanças no campo educacional com os vestígios da utilização da música? Em Alagoas, a música no ensino de primeiras letras trouxe algum benefício no desenvolvimento das práticas escolares? Não temos a pretensão de responder a esses questionamentos de forma profunda, e sim fazer algumas reflexões que, de uma forma ou de outra, responderão a alguns desses pontos indagados.

Nesta pesquisa trilhamos um caminho investigativo que envolve o contexto histórico do período de 1889 a 1945, especificamente no campo educacional, de modo a conhecer o cenário educacional republicano do ensino de primeiras letras. Identificamos as manifestações musicais que nele ocorreram, pautando nossa análise por meio da regulamentação do ensino de música no país. Posteriormente, conhecemos a conjuntura do ensino de música no processo de desenvolvimento das práticas escolares no ensino de primeiras letras em Alagoas. Conseqüentemente, analisamos as contribuições do ensino de música no campo educacional em Alagoas.

Esta pesquisa enquadra-se em uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e documental. Considerando a importância da pesquisa bibliográfica, Manzo (1971, p. 32) destaca que ela:

Oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas, onde os problemas não se cristalizaram suficientemente e permitir ao cientista o refoço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações.

O objetivo ao utilizar o método da pesquisa bibliográfica e documental foi trazer ao pesquisador novos conhecimentos e diferentes contribuições históricas sobre o assunto. Para isso, utilizamos técnica como a análise (leitura) dos arquivos bibliográficos e documentais como decretos e compêndio.

Na seção 2 deste texto, realizamos uma discussão sobre as manifestações musicais nas escolas de primeiras letras. Logo depois, fizemos uma incursão sobre o papel da música nas práticas escolares alagoanas tendo como recorte o período de 1889 a 1945.



Roseane Maria de Amorim, Estefânia de Araújo Policarpo e Fernanda Lisboa Farias
Universidade Federal de Alagoas

Alagoas e suas primeiras manifestações musicais nas escolas de primeiras letras

No passado, esse ensino era visto como um “poderoso agente educativo capaz de despertar a sensibilidade estética dos alunos, sendo também um elemento relevante na construção da identidade nacional de vários países, cultivando a paz social entre as classes” (GILIOLI, 2005, p. 1). Com isso, tentamos despertar os demais educadores para quanto importante e prazeroso é trabalhar a música nas escolas, pois sua prática desenvolve a percepção de modo geral, desperta a sensibilidade, revela valores éticos e estéticos, tornando o ser humano mais sensível e criativo. É, sem dúvida, um componente fundamental para a formação integral da personalidade humana, tornando-se, assim, uma fonte perene de ensinamentos morais e alegria nas escolas. A sociedade que tiver êxito no trabalho com a música estará possivelmente promovendo uma paz social entre as classes, cada um respeitando sua cultura, religião, etnia, entre outros.

O ensino de primeiras letras foi constituindo-se no início da República no Brasil. Desenvolveu-se “uma ampla reforma em todos os níveis da instrução pública e que tinha como princípios a laicidade, a gratuidade do ensino primário, a liberdade de ensino e a ciência como fundamento da organização curricular e do ensino propriamente dito” (FERNANDES; CORREIA, 2010, p. 184). Nessa mesma época, existiam vestígios da utilização da música na escola primária como uma disciplina complexa, abrangendo teoria e prática, desenvolvendo o aspecto cognitivo musical.

De acordo com Amato (2006), as primeiras manifestações musicais ocorreram no Império, trazidas para o Brasil por intermédio dos jesuítas. Esses missionários, dispostos a conquistar novos servos para Deus, encontraram na arte um meio de sensibilizar os indígenas. Suas músicas eram simples e singelas, comovendo, assim, os indígenas, que, desde a primeira missa, se deixaram influenciar pelas melodias entoadas.

Com o passar dos tempos, o ensino de música foi regulamentado no país, passando as atividades docentes a ser orientadas, fazendo assim novas exigências como um concurso público na contratação de professores de música.



Roseane Maria de Amorim, Estefânia de Araújo Policarpo e Fernanda Lisboa Farias
Universidade Federal de Alagoas

Desse modo, evoluindo a legislação educacional na Primeira República, instituiu-se naquela época o ensino de música como agente na formação cultural da sociedade, sendo adquirido no funcionamento e na organização de cada escola.

Em Alagoas, a música no ensino de primeiras letras teve um papel importante no desenvolvimento das práticas escolares. O ensino de música para crianças tinha grande importância no desenvolvimento intelectual em vários aspectos, pois o canto era visto como uma fonte perene de ensinamentos físicos e morais, resultando em um bom desempenho do desenvolvimento pedagógico nas escolas daquela época.

Ao longo dos tempos, foram apresentados vários movimentos relacionados com a questão do ensino de música na escola, como pode ela ser transmitida, como pode contribuir para o desenvolvimento intelectual das crianças e da preocupação de pessoas realmente capacitadas na área para a transmissão dessa formação cultural, desenvolvendo-se, assim, vários aspectos que influenciam nesse processo de aprendizagem, como o de que “a criança tem a necessidade de cantar, como de comer e brincar” (COSTA, 2011, p. 97), mas devem ser escolhidos bons temas musicais, para serem executados nos diversos momentos na escola e em cada fase da vida da criança.

Diante disso, podemos ver quanto é importante a necessidade de estudos referentes ao aprofundamento e conhecimento dos educadores sobre tal aspecto. Desse modo, percebe-se a importância de um resgate histórico sobre o ensino de música nas escolas de primeiras letras no início da República, ressaltando o sentido musical nas práticas educativas e suas contribuições para o desenvolvimento do aluno.

Alagoas ingressa na República caracterizada como uma civilização de natureza eminentemente rural, de base latifundiária, com um perfil profundamente arcaico. De acordo com Verçosa (2006), nessa época Alagoas passou por várias transformações políticas e culturais, marcada pela disputa do poder público e privado, que, logo depois, foi aperfeiçoada e incorporada na política dos coronéis. Diante disso, vemos que:

Em Alagoas pelo seu maior arcaísmo, a situação será ainda bem mais complicada. Tendo-se, de um lado, a extensão do voto a amplas camadas da população, majoritária rural e agregada aos senhores de engenho e, de outro, uma região cuja forma dominante de posse de terra é o



Roseane Maria de Amorim, Estefânia de Araújo Policarpo e Fernanda Lisboa Farias
Universidade Federal de Alagoas

latifúndio, a necessidade de garantir a estabilidade política irá naturalmente desaguar no leito da velha relação de compromisso entre o poder público e o poder privado. (VERÇOSA, 2006, p. 98)

A cultura alagoana baseava-se na economia de produção e exportação da cana-de-açúcar e algodão. Tendo também a cultura erudita, que, naquela época, tinha suma importância para a formação cívica do ser humano. Por meio desse eruditismo é que entraram os cânticos nas escolas de Alagoas, pois se acreditava que a música inserida e trabalhada na vida do ser humano desde cedo promoveria comportamentos eminentes e civilizados de uma cultura tradicionalmente civilizada.

Em Alagoas, o ensino de música também se caracterizava como um poderoso agente educativo do desenvolvimento das práticas escolares, em que o canto orfeônico também era destaque naquela época. Não se sabe exatamente em que data o ensino musical orfeônico chegou a Alagoas. Há vestígios de que esse ensino musical introduziu-se em Alagoas pouco tempo depois do Decreto Federal nº 1.331A, de 17 de fevereiro de 1854. Esse documento determinava que fossem aplicados “noções de música e exercícios de canto” nas escolas de primeiras letras do 1º e 2º grau e normais (BRASIL, 1854, art. 47). Em 1890, surgiu o Decreto de nº 981, de 8 de novembro, que instituía que o ensino de música nas escolas de Primeiras Letras deveria ser ministrado por professores específicos da área de Música e admitidos em concurso, tendo aplicação em âmbito nacional. Com o passar dos tempos, nas décadas de 1910 e 1920, puderam ser notadas as primeiras manifestações de um ensino um pouco mais organizado, característica do canto orfeônico.

Por adotarem essa medida na exigência da formação, o número de professores nessa área era escasso, o que fazia a técnica musical perder aos poucos a qualidade. Passando-se os tempos, a formação de professores ainda permanecia escassa, e a deficiência do ensino nas escolas aumentava, “o canto que aí se ensinava, até há pouco, não passava de uma gritaria desagradável, tão prejudicial ao desenvolvimento do gosto quanto às gargantas dos cantores e aos ouvidos dos ouvintes” (BEVILACQUA, 1933, p. 47). Só depois de muito tempo, o ensino musical passou por reformulações em todo o



Roseane Maria de Amorim, Estefânia de Araújo Policarpo e Fernanda Lisboa Farias
Universidade Federal de Alagoas

País, surgindo, então, a renovação do ensino de música e novas exigências para a formação de professores nas Escolas de Primeiras Letras na Primeira República.

Em São Paulo, João Gomes Jr., na qualidade de Inspetor Especial de música, elaborou um relatório em 1928 no qual complicou os conteúdos básicos que se imaginavam necessários que um docente especializado dominasse. *Nas instruções do inspetor especial de música aos srs. Professores para as aulas do 1º, 2º, 3º e 4º ano, segundo o programa adotado (1928)*, a preocupação de formação de professores e de controlar o saber pedagógico musical era explícita, mas nem mesmo Villa-Lobos, com toda a estrutura estatal que tinha desde os anos de 1930, conseguiu alcançar tais objetivos. O marco principal da formação docente no movimento orfeônico deu-se simbolicamente em 1930, quando João Batista Julião ganhou o primeiro registro oficial de professor formado especificamente para a disciplina de 'Canto Orfeônico', que foi institucionalizada com esse nome exatamente naquela ocasião. (GILIOLI, 2008, p. 94, grifos nossos)

Em 1942, a escola de música em Alagoas passou por uma nova organização. A aula de música, então chamada de canto orfeônico, baseava-se na realização de um ensino com princípios que permeavam a Educação Moral e Cívica, não deixando dúvidas sobre o papel que a música assumiria no processo escolar. Naquele período, os objetivos da aula de música passam a ser oficialmente o de espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e à consciência da responsabilidade, confirmando, assim, o papel da música para a manipulação ideológica e política.

Em Alagoas, o ensino do canto orfeônico voltava-se para uma prática de ensino com grande poder de socialização e integração da comunidade em aspecto educativo cívico. Sua metodologia de ensino naquela época baseava-se nas *Artinhas*,¹ as quais tinham como ensinamentos os seguintes assuntos: as combinações de notas e sons

¹ As *Artinhas* ou *Artes da Música* eram os manuais didáticos de teoria musical elaborados para o ensino de formação de cantores líricos e instrumentos profissionais dos Conservatórios de Música (no Brasil Imperial Conservatório é de 1848). Esses livros eram escritos à maneira dos métodos portugueses publicados desde XVII e XVIII (CASTAGNA; BINDER, 1996). Algumas das *Artinhas* mais utilizadas eram a *Teoria Musical* (1838) de Francisco Manuel da Silva (1795-1865); o *Compêndio de Música* (editado em data próxima e conhecido como "Artinha do Mussurunga") de Domingos da Rocha Mussurunga (1807-1856), que tentou fundar um Conservatório Musical na Bahia; e a *Pequena Arte da Música* (1836) do pernambucano Tomaz da Cunha Lima Cantuária (cf. JANNIBELLI, 1971, p. 41; GILIOLI, 2008, p. 90).



Roseane Maria de Amorim, Estefânia de Araújo Policarpo e Fernanda Lisboa Farias
Universidade Federal de Alagoas

melódicos, a pauta com suas cinco linhas e quatro espaços, as notas, as figuras de notas, as pausas e os valores relativos das figuras.

A partir do século XX, registra-se a existência de um manual de música elaborado por Jayme d'Altavila² e Tavares de Figueiredo.³ Esse manual era um livro didático, intitulado *Pequena Arte de Música*,⁴ cujo texto, assim como nos velhos métodos, também continha forte teor nacionalista.

Esse elemento nacionalista não era comum nas demais Artinhas, só passou a se tornar uma característica mais importante e central no movimento do canto orfeônico um pouco mais tarde. O Hino de Alagoas teve grande destaque nessa época pela sua letra, sendo acompanhado pela seguinte frase: “o canto é o caminho mais suave para se acordar no coração da juventude o sentimento do amor pátrio, através de inesquecíveis emoções.” (FIGUEIREDO apud BISPO, 1991a, p. 2).

Havia também canções com teor nacionalista, e outras que eram destinadas a canções para operários, jangadeiros, soldados e escoteiros. Sendo esse método de ensino musical caracterizado como um método que seguia a concepção do orfeonismo, ou seja, esse método não era restrito a elementos técnicos musicais, mas sim a outros teores como o folclore, o nacionalismo, a obediência laboral e a cultivação da paz e ordem entre as classes sociais abordadas nesse contexto.

² Pseudônimo de Anfilóbio de Oliveira Melo, Jayme d'Altavila Melo, nasceu em 17 de outubro de 1895 em Maceió. Veio ao mundo para tornar-se um grande e perpetuar-se na história da nossa gente, marcando presença relevante em vários setores e atividades, sempre se destacando pelo brilho de seu talento e pelo avanço das suas ideias (AVELAR, 1959).

³ José Tavares de Figueiredo, 25/6/1891-15/6/1925, nasceu em Maceió, compositor, músico, funcionário público. Frequentou a escola pública e depois o Colégio 15 de março. Organizou a primeira orquestra sinfônica em Maceió (BARROS, 2005).

⁴ Na história da Educação Musical do Brasil, a ser ainda escrita, não poderá faltar a consideração dos *Cantos Escolares*, livro com músicas de Tavares de Figueiredo e versos de Jayme d'Altavila, excelentemente impresso em Maceió (FIGUEIREDO; ALTAVILA, 1923). A obra, de 26 páginas, é profusamente ornamentada e ilustrada, oferecendo um quadro significativo dos esforços feitos pelo fomento da instrução pública no início do século XX em Alagoas. A obra contém as seguintes peças: *Hymno do Centenário: aos heróis da liberdade pátria*; *Canção dos Escoteiros: à juventude brasileira*; *Canção do Trabalho: homenagem à classe operária*; *Canção dos Jangadeiros: homenagem aos bravos jangadeiros do norte* (Tempo de Habanera); *Canção da Pátria: ao soldado brasileiro* e *Hymno do Estado* (BISPO, 1991a).



Roseane Maria de Amorim, Estefânia de Araújo Policarpo e Fernanda Lisboa Farias
Universidade Federal de Alagoas

Contudo, dentre os arquivos pesquisados, também encontramos as produções de Gomes Junior (1924, *Ciranda, Cirandinha*, por exemplo),⁵ com aspectos mais preocupados com a infância e o brincar, advindos das reflexões e mudanças ocorridas no cenário da educação musical no período republicano. Ademais, dentre os vestígios do ensino de música no campo alagoano, encontramos um compêndio de teoria musical, com uma forte marca crítica dos métodos utilizados na época para ensinar música nas escolas, escrito por Luiz Lavenère,⁶ intelectual alagoano que se dedicou em analisar e pontuar as falhas do ensino tradicional dos cantos orfeônicos nas escolas.

Esse estudioso escreveu algumas obras que relatam o início de seu interesse pela música, em que faz crítica acerca do ensino de música em Alagoas, questionamentos e contrapõe-se a algumas obras de outros autores e suas metodologias de ensino.

Sua formação prático-musical não foi uma das mais sólidas, mas pelo seu esforço didático, Luiz Lavenère pôde superar-se e ampliar seus conhecimentos intelectuais na área da música.

Em sua bibliografia musical, temos:

Compêndio de Teoria Musical, Maceió 1927; A Música em Alagoas, Maceió, 1928; Bailes Pastorís (coleccionados e revistos), Maceió, 1948 (caderno mimeografado); Baile da Seduzida (revisado e corrigido), Maceió, 1948 (caderno mimeografado); Jornadas (Cantigas de Pastorís

⁵ João Gomes Jr., desde 1893, atuava como professor de música nas escolas públicas de São Paulo e na elaboração de métodos, como o *Curso theorico e pratico de musica elementar* (1903) de sua autoria e Miguel Carneiro Jr., em que já aplicava a filosofia educacional republicana para o ensino da música. A importância de João Gomes Jr. como intelectual da música é revelada por sua atuação e presença nas discussões a respeito do ensino da música durante mais de trinta anos. Foi inspetor especial de Música em São Paulo e primeiro inspetor técnico de Música do Estado, nomeado pelo governo. Entre compêndios de músicas, artigos, composições, ressaltamos, pela sua importância, algumas de suas obras, visto já estar demarcados ali a técnica da manossolfa e os conteúdos musicais de caráter cívico-nacionalistas na estrutura do canto orfeônico, elementos que se atribuem indevidamente como inéditos ao projeto de educação musical de Heitor Villa-Lobos: aulas de música (1921, Casa Wagner), Orpheon escolar – coros. Série Primeira e Série Terceira (1922, Melhoramentos de São Paulo), Cantigas da minha terra (1924, Monteiro Lobato & Co. Editores), Canções brasileiras – Primeira série (1926, Typ. Siqueira) Solfejo escolar (1928, Casa Wagner), Aulas de mano-solfa (1929, Casa Wagner). Para mais detalhes e análises, consultar Jardim (2008).

⁶ Segundo Bispo (1991b, p. 1), Luiz Lavenère (1868-1966) “foi um polígrafo, ligado à imprensa como colaborador, redator, diretor e fundador de jornais, sócio efetivo do instituto histórico geográfico desde 1885 e secretário perpétuo dessa instituição (1932 a 1944)”. Ele foi um pensador que, desde cedo, dedicou a sua vida a estudos acentuados em tendências linguísticas e musicais.



Roseane Maria de Amorim, Estefânia de Araújo Policarpo e Fernanda Lisboa Farias
Universidade Federal de Alagoas

coleccionadas), Maceió, 1948 (caderno mimeografado); Nossas Cantigas (2a. ed., Maceió, 1950, mimeografado) e Cantigas do Nordeste (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas XIX, 83). (BISPO, 1991b, p. 1-2)

No *Compêndio de Teoria Musical*, Lavenère (1927) trata de definir o termo música e sua precisão terminológico-musical, que vai do conceito de ritmo até a diagramação de melodias. Vejamos as imagens a seguir:

Imagem 1: *Compêndio de Teoria Musical* do autor e compositor Luiz Lavenère – 1ª edição - 1927

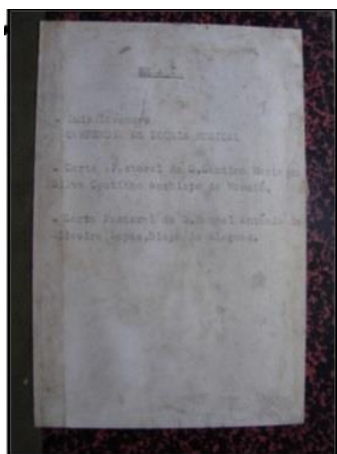
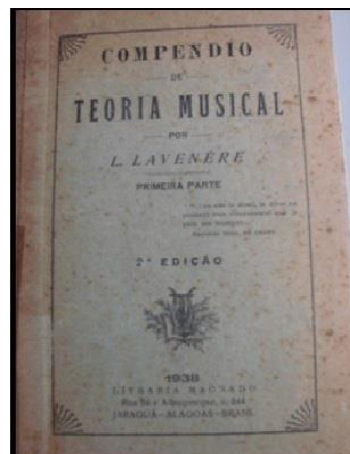


Imagem 2: *Compêndio de Teoria Musical* do autor e compositor Luiz Lavenère – 2ª edição - 1938



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Lavenère tentava mostrar às pessoas a maneira certa de ensinar música, mostrando quanto era grande as falhas que permeavam não apenas o ensino de música nas escolas de Primeiras Letras em Alagoas, mas também no Brasil. Ele pretendia transmitir o conhecimento de que o professor de música deveria autoavaliar-se e rever em que ponto estava falhando para melhor funcionamento das práticas musicais, a fim de que fosse feito um ensino mais coerente e mais transmissor de saberes verídicos em relação à música.

Nesse contexto, essa manifestação do ensino de música em Alagoas nos faz refletir sobre quanto se reformulou e se moldou esse ensino para melhor percepção de



Roseane Maria de Amorim, Estefânia de Araújo Policarpo e Fernanda Lisboa Farias
Universidade Federal de Alagoas

iniciativa musical no ensino; buscou-se a melhoria na formação dos professores, que era muito escassa, renovaram-se novos métodos e até se tomaram referências de autores e compositores musicais não apenas do estado de Alagoas, mas também de autores e compositores vindos de outros estados, até mesmo de outros países. O canto nas escolas de primeiras letras em Alagoas contribuiu em vários aspectos cognitivos, afetivos e sociais para a vida das pessoas daquela época. Esse assunto será mais discutido na próxima seção.

A música em Alagoas e suas práticas educativas

Diante dessas manifestações do ensino de música, podemos ver que são muitas as contribuições da música e as vantagens pedagógicas que o canto traz para as práticas educativas nas escolas. Vimos que naquela época, a música era de grande importância para o desenvolvimento da educação do ouvido e da vista, e propicia estímulos para aspectos cognitivos e intelectuais da criança, influenciando em seu estado mental. Tendo uma poderosa aceitação em relação a aspectos que envolvem a educação, é considerada, também, como uma aliada da boa disciplina escolar.

Como afirmam os intelectuais alagoanos: “a criança tem a necessidade de cantar, como de comer e brincar” (COSTA, 2011, p. 97). De acordo com esse entendimento, vemos a preocupação em relação às necessidades das crianças. Ainda podemos ver, nessa obra de Costa, conceitos relacionados com o ensino de música, os quais explicitam que esses ensinamentos musicais não podem ser transmitidos de qualquer jeito, pois o ensino musical tem de deixar de ser um grito estridente e monótono para se tornar um verdadeiro canto, harmonioso e educativo. As professoras precisam saber música para tirar do canto escolar as vantagens educativas preconizadas pelos modernos pedagogistas. Naquela época, essa perspectiva seria um excelente elemento da construção de conhecimentos do aluno, tanto do ponto de vista moral como do desenvolvimento físico, como elemento de disciplina com valores morais.



Roseane Maria de Amorim, Estefânia de Araújo Policarpo e Fernanda Lisboa Farias
Universidade Federal de Alagoas

É preciso ensinar a criança a cantar antes de conhecer os sinais musicais, pela mesma razão que ela aprende a falar antes de saber ler. Educando o ouvido, dando altura à voz conveniente, com exercícios adaptados de respiração e afinação, desenvolvendo, assim, o gosto pelo canto tanto solo como coletivo. Só assim poderemos eliminar o grito estridente, que é, por sinal, o maior inimigo do canto.

É necessário que o canto seja generalizado, tornando-se uma fonte perene de ensinamentos. Com isso, devemos escolher bons temas musicais, para serem escutados nos diversos movimentos da escola.

Esses cantos, quer aprendidos por imitação, quer pela leitura musical, devem ser executados, não só nas lições especiais de música, mas também nos diversos movimentos da escola: à entrada, à saída, durante as evoluções e as mudanças de exercícios. (COSTA, 2011 p, 98)

O canto nas escolas deveria tratar de temas relacionados com acontecimentos que relatam nossa sociedade ou a própria cultura alagoana. Esse canto em nossas casas de ensino celebraria apenas o que fosse nosso, tendo suas qualidades educativas, físicas, morais e cívicas. Um dos êxitos da escola alemã foi o canto. Naquela mesma época, perguntavam-se: em nossas escolas em Alagoas, por que não promover esse êxito por parte do ensino de música no campo educacional? A partir disso, surge a ideia do canto generalizado, indicando educadores músicos capacitados para determinada área, sistematizando esse ensino e tornando-o uma fonte de ensinamentos reflexivos e críticos.

O ensino primário em Alagoas abarcava alunos entre 7 e 15 anos de idade. O 1º primeiro grau era composto por três cursos: ensino elementar, médio e superior, cada um com duração de dois anos.

Segundo Quadros Jr. e Quiles (2012, p. 5), o currículo do ensino de música na escola primária em Alagoas dividia-se em:

Primário – 1º grau

Curso elementar:

1º ano – cânticos escolares apreendidos de ouvido.

2º ano – cânticos. Conhecimento e leitura das notas.



Roseane Maria de Amorim, Estefânia de Araújo Policarpo e Fernanda Lisboa Farias
Universidade Federal de Alagoas

Curso médio:

1º ano – conhecimento das notas, compassos, claves. Primeiros exercícios de solfejo. Cânticos.

2º ano - revisão. Exercício graduado de solfejo. Cânticos

Curso superior:

1º ano – revisão. Com desenvolvimento dos elementos de arte musical. Exercícios de solfejo. Ditados. Cânticos a uníssono e em coro.

2º ano – desenvolvimento do programa precedente. Solfejos gradados. Ditado. Coros.

De acordo com o Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, no Capítulo 1, artigo 7º, inciso VI: “O curso primário elementar, com quatro anos de estudos, compreenderá: [...] VI. Canto orfeônico.”

A música ensinada de maneira correta era muito importante para o desenvolvimento e a contribuição nas práticas educativas do período republicano objeto de nosso estudo. Levava o aluno a abrir possibilidades e gerenciar caminhos na sua maneira de pensar, de se concentrar, tornando-se uma pessoa civilizada e preparada para a sociedade futura, pois criar, vivenciar e interpretar música é uma espécie de prática das aulas de música. “Educar em música implica em focalizar de maneira simultânea uma multiplicidade de processos que revertem a uma multiplicidade de modelos formativos e não a um modelo único.” (GAINZA, 1995 apud OLIVEIRA, 2005, p. 3).

Diante disso, compreendemos que a música em Alagoas, apesar de alguns obstáculos, desenvolveu percepções, despertando a sensibilidade, tornando o ser humano mais sensível e criativo, revelando valores éticos e estéticos. Nesse sentido, como o meio de expressão e como força geradora de energia foi, sem dúvida, um componente fundamental para a formação integral da personalidade humana naquela época embora seu ensino tivesse um ideário patriótico.



Roseane Maria de Amorim, Estefânia de Araújo Policarpo e Fernanda Lisboa Farias
Universidade Federal de Alagoas

Considerações finais

O cenário histórico da educação brasileira é permeado por inúmeras mudanças, desde seus primeiros passos na história do país, com as quais se buscou a melhor forma de determinar seus objetivos e métodos dentro da sociedade. O fator mudança ocorreu e ocorre diante da importância que esse elemento representa para sociedade, tendo por base, novas reflexões de intelectuais e novas descobertas da psicologia, que se tornou grande aliada desse processo.

Não muito longe desse cenário verificamos que a prática do ensino de música, exerce uma influência direta na vida das pessoas, agindo nas emoções, no cognitivo, no psicológico, entre outros pontos da vida humana, mostrando-se no contexto histórico republicano como forte aliada para os objetivos governamentais de formação da sociedade civilizada, sendo regulamentada sua inserção no campo educacional.

Diante dessa pesquisa, salientamos a importância da música para a sociedade, principalmente no contexto educativo formal, considerando que a música exerceu um papel importante ao ter sua presença marcada na educação republicana, não só por seus objetivos, mas pela valorização de seus elementos e de sua forte marca na sociedade, reconhecendo que sua influência pode ser uma grande aliada para o processo educativo atual.

Para finalizar, afirmamos que o que vemos hoje é a pouca valorização desse elemento nas escolas públicas, mesmo com a Lei nº 11.769, artigo 26, parágrafo 6º, que torna “obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular” (BRASIL, 2008). Observa-se, então, a oportunidade que nossa educação, especialmente a pública, está perdendo, no sentido de trabalhar com um grande aliado que contribui fortemente para uma educação emancipadora.

A música é um elemento que está presente na cultura de toda a sociedade e trabalha o ser de forma integral, principalmente no início da vida escolarizada. Sendo assim, finalizamos nossa pesquisa com a afirmação de que a música não só é importante para a educação, mas também para a vida de qualquer pessoa.



Roseane Maria de Amorim, Estefânia de Araújo Policarpo e Fernanda Lisboa Farias
Universidade Federal de Alagoas

Referências

AMATO, Rita de Cássia Fucci. Breve retrospectiva histórica e desafios do ensino de música na educação básica brasileira. **Revista Opus**, n. 12, 2006. Disponível em: <<http://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/319/298>>. Acesso em: 4 set. 2013.

AVELAR, Romeu de. **Coletânea de poetas alagoanos**. Rio de Janeiro: Minerva, 1959.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. Brasília: Senado Federal, 2005. 2 v.

BEVILACQUA, Otavio. **Notas sobre história do canto coral**. Rio de Janeiro: Globo, 1933.

BISPO, Antonio Alexandre. Contribuição alagoana à educação musical no início do século: os cantos escolares de Tavares de Figueiredo. **Akademie Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira**, n. 9, 1991a. Disponível em: <<http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/CM09-03.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

_____. Conceitos e opiniões de Luiz Lavenère. **Akademie Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira**, n. 9, 1991b. Disponível em: <<http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/CM09-04.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

BRASIL. Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, 1854, v. 1 pt I, p. 45. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

_____. Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890. Approva o Regulamento da Instrucção Primaria e Secundaria do Districto Federal. **Coleção de Leis do Brasil**, 1890, v. Fasc. XI, p. 3.474.

_____. Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 4 jan. 1946, Seção 1, p. 113. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 fev. 2014.



Roseane Maria de Amorim, Estefânia de Araújo Policarpo e Fernanda Lisboa Farias
Universidade Federal de Alagoas

_____. Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 ago. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm>.

COSTA, João Craveiro. **Instrução pública e instituições culturais de Alagoas & outros ensaios**. Edição coord., rev., anotada e ampl. por Elcio de Gusmão Verçosa e Maria das Graças de Loiola Madeira. Maceió, AL: Edufal, 2011. (Coleção Nordestina, 74).

FERNANDES, Ana Lúcia; CORREIA, Luís Grosso. O ensino primário nos espaços-tempos da I República. **Revista da Faculdade de Letras: História**, Porto, 3ª série, v. 2, p. 181-200, 2010.

FIGUEIREDO, José Tavares de; ALTAVILA, Jayme de. **Cantos escolares: homenagem ao estado de Alagoas**. Maceió, AL: Livraria Machado, 1923.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto. A música na escola paulista da 1ª República: história e construção da identidade nacional. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: ANPUH, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: Anpuh, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0869.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2013.

_____. **Educação musical antes e depois de Villa-Lobos e os registros sonoros de uma época**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2008.

GOMES JUNIOR, João; JULIÃO, João Baptista. **Ciranda, Cirandinha**: coleção de cantigas populares e brinquedos. São Paulo: Editora Proprietária, 1924.

JANNIBELLI, Emília d'Anniballe. **A musicalização na escola**. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

JARDIM, Vera Lúcia Gomes. **Da arte à educação**: a música nas escolas públicas, 1838-1971. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LAVENÈRE, Luiz. **Compêndio de teoria musical**: primeira e segunda parte. Maceió, AL: Livraria Machado, 1927.

MANZO, Abelardo J. **Manual para la preparación de monografías**: una guía para presentar informes y tesis. Buenos Aires: Humanistas, 1971.



Roseane Maria de Amorim, Estefânia de Araújo Policarpo e Fernanda Lisboa Farias
Universidade Federal de Alagoas

OLIVEIRA, Glacy Antunes de. O ensino de música no Brasil: fatos e desafios. **Revista da UFG**, v. 7, n. 2, dez. 2005. Disponível em: <https://teste.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/Y-ensinomusica.html>. Acesso em: 5 out. 2013.

QUADROS JR., Fortunato Soares de; QUILLES, Oswaldo Lorenzo. Música na escola: uma revisão das legislações educacionais brasileiras entre os anos 1854 e 1961. **Revista Música Hodie**, Goiânia, V. 12, n. 1, p. 175-190, 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/index.php/musica/article/view/21584/12674>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas**. 4. ed. Maceió, AL: Edufal, 2006.

Recebido em março de 2017
Aprovada em julho 2017